

RCD no HABEAS CORPUS Nº 635.801 - CE (2020/0344902-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : NILTON CESAR BARBOSA MORAIS (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDO ANTÔNIO HOLANDA PINHEIRO - CE007838
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração apresentado por NILTON CESAR BARBOSA MORAIS, em face da decisão de fls. 101/102, que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*.

O requerente alega o seguinte:

"Examinando de forma minuciosa a situação, o Ministério Público, ao ser intimado para se manifestar sobre a não localização do paciente, no endereço informado pelo mesmo, em que o ofício de justiça só fora uma única vez cumprir a diligência e não encontrou o paciente, o Ministério Público, opinou pela citação por edital do paciente e, não sendo o mesmo encontrado, aí sim, decretasse a prisão do mesmo.

A flagrante ilegalidade da prisão do paciente reside exatamente no fato de a decisão judicial que decretou a prisão do mesmo, sequer, utilizou outros meios para a localização do paciente ou realizou a citação por edital, optando, de forma infundada e ilegal, em decretar a prisão preventiva do paciente, contrariando decisões deste Colendo Superior Tribunal de Justiça.

[...]

A flagrante ilegalidade da prisão, pois, é nítida, uma vez que, não veio precedida, sequer, do Devido Processo Legal, haja vista que o parecer do autor da ação penal, não foi atendido, uma vez que não ocorreu a citação do paciente por edital nem, também, foi utilizado qualquer meio de localização do paciente".

Requer, portanto, que seja reconsiderada a decisão, de modo a afastar a incidência da Súmula n. 691/STF, e concedida a ordem em sua integralidade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

O requerente, limitando-se a reiterar as razões iniciais, não apresentou fato superveniente que possa justificar, de pronto, o afastamento do óbice sumular.

Consoante o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível a reiteração das razões em *habeas corpus*. Veja-se o seguinte precedente:

REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NULIDADE DO PAD. OITIVA DE TESTEMINHAS SEM A PRESENÇA DA DEFESA TÉCNICA. RECONHECIMENTO EM HC ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

II - Configurada a inadmissível reiteração do pedido, o writ não pode prosseguir, nos termos do art. 210, do RISTJ.

Agravo Regimental desprovido (AgRg no HC 444.220/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 23/5/2018).

Ante o exposto, não conheço do pedido de reconsideração e mantenho a decisão que indeferiu liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente